



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 09071/17

*Administração Direta Municipal. Prefeitura Municipal de Massaranduba. Inspeção Especial de Licitações e Contratos. Requerimento de Medida Cautelar. Deferimento da tutela de urgência pelo relator com base no art. 195, § 1º, do Regimento Interno do TCE/PB. Necessidade de referendo da Corte, ex vi do disposto no art. 18, IV, b do RITCE/PB. A chancela de urgência ocorre quando presentes os requisitos *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. Ratificação da decisão.*

ACÓRDÃO – AC2– TC 01866/17

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 09071/17, que trata da análise da Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016, implementada pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, objetivando a contratação direta de escritório de advocacia para interposição de medida judicial com vistas à recuperação de valores do FUNDEF que deixaram de ser repassados ao Município, por entender presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, em REFERENDAR a Decisão Singular DS2 – 00052/17 e DETERMINAR o encaminhamento dos autos à Secretaria da 2ª Câmara para adoção das medidas cabíveis.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara

João Pessoa, 17 de outubro de 2017

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos da análise da Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016, implementada pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, objetivando a contratação direta de escritório de advocacia para interposição de medida judicial com vistas à recuperação de valores do FUNDEF que deixaram de ser repassados ao Município.

O Corpo Técnico, após analisar o mencionado procedimento, emitiu o relatório de fls. 24/33 dos autos, concluindo pela irregularidade da Inexigibilidade de Licitação n.º 06/2016, recomendando a suspensão cautelar de todos os atos decorrentes do mencionado procedimento, nos termos da RPL nº 02/17, bem como a citação da autoridade responsável.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 09071/17

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

A matéria *sub examine* abrange conhecimento da seara Constitucional, notadamente os princípios constitucionais da Administração Pública, e Administrativa, mais especificamente em relação à Lei nº 8.666/93.

Trata-se de questão pacificada no âmbito desta Corte de Contas, tendo em vista a existência de inúmeros processos que analisam inexigibilidades de licitação implementadas por diversos municípios paraibanos, objetivando a contratação de escritório de advocacia para a recuperação de valores do FUNDEF.

Inclusive, encontra-se em pleno vigor determinação contida na Resolução RPL – TC 02/2017, emitida nos autos do Processo TC n.º 18058/16, que alcança todos os municípios paraibanos, *verbis*:

“1. Determinar cautelarmente aos Chefes do Poder Executivo Municipal e, bem assim, ao Chefe do Poder Executivo Estadual, para que se abstenham de dar prosseguimento a procedimentos licitatórios e a contratos advocatícios, bem como, pagamento de despesas que tenham por objeto o acompanhamento de processos judiciais e/ou administrativos com o propósito de recuperação de créditos do FUNDEF, FUNDEB e recursos oriundos do programa de repatriação, inadmitindo-se a repetição de tais contratos ou a edição de outro ato, até decisão final de mérito;”

Dessa forma, considerando as diversas irregularidades constatadas pelo órgão técnico relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016, quando da sua análise prévia, devidamente esmiuçadas no relatório técnico de fls. 24/33, que servem como fundamento para a presente decisão cautelar, bem como o risco da continuidade de tal procedimento por não se adequar aos parâmetros legais que regem a matéria;

Considerando que a continuidade do procedimento deflagrado pelo Município de Massaranduba pode trazer prejuízos insanáveis às atividades da Administração, notadamente pelo vultoso volume de recursos públicos envolvidos, relativos ao montante de créditos que poderão ser efetivamente recuperados;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 09071/17

Considerando as diversas decisões cautelares emitidas no âmbito desta Corte de Contas em processos que trataram da mesma matéria, bem como a determinação específica contida na Resolução RPL – TC 02/2017 (Processo TC n.º 18058/16);

Considerando a presença dos pré-requisitos para a emissão de cautelar, quais sejam o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*;

Considerando, ainda, a necessidade de se resguardar os Princípios que norteiam as ações da Administração Pública e a fim de evitar possíveis danos ao erário;

DETERMINO, com fulcro no art. 195, caput e § 1º do Regimento Interno do TCE/PB:

1. A expedição desta cautelar, visando suspender a Inexigibilidade de Licitação n.º 06/2016, bem como do contrato dela decorrente, implementados pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, na fase em que se encontrar, até decisão final do mérito;

2. A citação do atual Prefeito Municipal de Massaranduba, Sr. Paulo Francinette de Oliveira, a fim de que cumpra esta determinação e apresente defesa acerca dos fatos questionados nos autos do processo, informando-lhe, outrossim, que o descumprimento desta decisão ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Corte de Contas;

3. A citação da ex-Prefeita Municipal de Massaranduba, Sra. Joana D´arc Queiroga Mendonça Coutinho, que foi a autoridade ratificadora da Inexigibilidade de Licitação n.º 06/2016, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa acerca das diversas restrições listadas no relatório técnico de fls. 24/33 dos autos.

Ante o exposto, diante da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação ao erário municipal, voto no sentido de que a 2ª Câmara do TCE/PB referende a decisão singular DS2 TC 00052/17, pelo deferimento do pedido de medida cautelar, determinando-se, ademais, o encaminhamento dos autos à Secretaria da citada Câmara para adoção das medidas cabíveis.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
João Pessoa, 17 de outubro de 2017

Arthur Paredes Cunha Lima
Relator

Assinado 19 de Outubro de 2017 às 09:44



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima

RELATOR

Assinado 19 de Outubro de 2017 às 22:16



Luciano Andrade Farias

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO